

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095  
ICH - UFPel

# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



# O DICIONÁRIO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Antonio Francisco Ransolin<sup>1</sup>  
Alisson Droppa<sup>2</sup>

---

**Resumo:** O artigo visa apresentar o projeto de elaboração de um dicionário histórico-biográfico da magistratura do trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/TRT4. Na fase de elaboração o projeto procedeu a um levantamento da biografia dos juizes do trabalho (classistas e togados), da instalação da Justiça do Trabalho em 1941 a 1976, reconstruindo as trajetórias de vida dos juizes. As informações obtidas pela pesquisa serão reunidas no Dicionário da magistratura do trabalho da 4ª Região sob a forma de verbetes contendo informações biográficas dos juizes togados e classistas. O dicionário proporcionará conhecer, do ponto de vista histórico, quem foram os juizes responsáveis pela construção da Justiça do Trabalho na 4ª Região, delimitando nas antigas Juntas de Conciliação e Julgamento (hoje Varas do Trabalho) do estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina (então integrante da 4ª Região) e no Tribunal Regional. Além disso, futuramente, a iniciativa poderá ser estendida para outras regiões brasileiras. Esse projeto se insere no bojo das comemorações da instalação oficial dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Dicionário histórico-biográfico, Leis do Trabalho, História das leis do trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

---

## Introdução

O artigo foi escrito com a finalidade de divulgar o projeto do Dicionário da Magistratura do Trabalho no Rio Grande do Sul durante as VII Jornadas Regionais do GT Mundos do Trabalho da seção Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História (ANPUH-RS) em Pelotas/RS. O Dicionário da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul é um projeto que foi pensado pela comissão dos festejos dos 70 anos da instalação oficial da Justiça do Trabalho em 2011.

A Justiça do Trabalho instalada oficialmente em 1941, subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e integrada ao Poder Judiciário

---

<sup>1</sup> Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, Mestre em História pela UNISINOS, e-mail: ransolin@trt4.jus.br

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas, Doutorando em História Social do Trabalho, Mestre em História pela UNISINOS, bolsista FAPESP, e-mail: alissondroppa@yahoo.com.br

em 1946 (MARTINS FILHO, 2005), há algum tempo passou a ser analisada pelos historiadores dentro da complexidade das decisões judiciais e não apenas como um aparelho a favor do Estado ou da burguesia (CORRÊA, 2007). Estas modificações também demonstraram como pouco se conhecia da história dessas relações, sendo desconhecidos os embates em torno da estrutura da Justiça do Trabalho, da legislação, das decisões, de como era o acesso aos tribunais e também de quem eram os juízes responsáveis pelos julgamentos.

Nesse aspecto, o dicionário da Magistratura do Trabalho no Rio Grande do Sul é de uma iniciativa que visa resgatar a história/memória de um importante setor da Justiça do Trabalho e vai ao encontro de um dos objetivos do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, que é o da preservação da memória institucional. A pesquisa visa realizar um levantamento dos dados biográficos sobre magistrados do trabalho e terá como resultado dois produtos: um banco de dados contendo informações sobre os magistrados, que poderá ser utilizado em futuras investigações, além de facilitar o acesso a informações anteriormente dispersas e o Dicionário da magistratura do trabalho do Rio Grande do Sul do período de 1941 a 2011.

Com essas finalidades, os procedimentos metodológicos a serem seguidos buscam obter os dados biográficos dos magistrados e das Juntas de Conciliação e Julgamentos (atuais Varas do Trabalho) que compõem a Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. São pesquisadas as atas de nomeação dos magistrados disponíveis no Memorial (estão disponíveis as atas do período de 1941 a 1970), as pastas individuais de cada magistrado arquivadas no setor de assuntos da magistratura do TRT4. Também serão investigados documentos arquivados nas seguintes instituições: Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul; Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região e Associação dos Juízes Classistas do Rio Grande do Sul<sup>3</sup> com o objetivo de alimentar o banco de dados que será utilizado na elaboração dos verbetes do Dicionário.

Ao realizar um levantamento prévio do número de juízes que comporiam o dicionário, verificou-se que seriam em torno de 1500

<sup>3</sup> A Associação dos Representantes Classistas da 4a. Região – ARECLA – foi fundada em 6 de novembro de 1971, congregando Juízes Classistas. Na mesma data foi eleita uma direção provisória, tendo como presidente Walter Schneider, vogal dos empregados da 1a. JCJ de Porto Alegre. Posteriormente alterou seu nome para Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 4a. Região – AJUCLA – tendo em vista a alteração da denominação Vogal para Juiz Classista determinada pela Constituição de 1988. É filiada à Associação Nacional dos Juízes Classistas (ANAJUCLA).

magistrados, o que dificultaria em muito a organização das informações. Desta forma, optou-se em dividir a publicação e a classificação das informações em dois subperíodos: 1941 a 1976 e 1977 a 2011. O recorte temporal em 1976 justifica-se pelo fato de ser o período em que o TRT4 era composto pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ano que passou a integrar apenas as Juntas de Conciliação e Julgamento - J CJ dos municípios gaúcho.

As pesquisas envolvendo dicionários históricos biográficos não são propriamente uma novidade. No âmbito internacional são diversos os exemplos de trabalhos que buscam reunir em forma de verbetes biografias de determinados grupos ou associações. Como exemplo, podemos citar, os dicionários histórico biográfico do movimento operário que reúnem em formato de verbetes as informações referentes a militantes e instituições dos trabalhadores, como é o caso do Dictionary of Labour Biography na Inglaterra, organizado por John Saville e Joyce Bellamy, com 12 volumes publicados entre 1971 e 2004.

No Brasil, ainda encontramos poucos estudos com tais objetivos. Os desbravadores desse gênero são as obras foram elaborados pelo que a historiografia social do trabalho chamou de produção militante, ou seja, não produzidos especificamente por pesquisas acadêmicas, mas por militantes, são exemplos os livros do jornalista João Batista Marçal, que reúne biografias de comunistas (MARÇAL, 1986). Outros exemplos, mas com viés acadêmico é o caso do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983), coordenado por Israel Beloch e Alzira Abreu, reunindo verbetes com as biografias de militantes do movimento operário (BELOCH; ABREU, 1984). Atualmente estão sendo elaborados dicionários biográficos do movimento operário nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Destaca-se, que certamente os estudos biográficos são influenciados pela micro história italiana, que a partir da redução da escala de investigação acaba por abarcar temas muito mais amplos (LEVI, 1989). Enfim, a organização dos verbetes seguirá a estrutura do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro com algumas adaptações:

- Sobrenome, nome, nome Completo, nome de solteira no caso das juízas, naturalidade, estado civil, sexo, cor, filiação (profissão do pai), nomeações, promoções, histórico da vida funcional, cor e data de nascimento e morte, titulação, exoneração.
- Profissão (ões) anteriores, Profissão do Pai e da mãe

- Corpo do verbete com informações sobre a vida e atuação.
- Dados das Juntas de Conciliação e Julgamento (Vara do Trabalho)
- Obras escritas.
- Fontes utilizadas na elaboração do verbete.
- Participação na direção de Associação de classe
- Atividade docente
- Concurso
- Lei do Concurso
- Varas de atuação
- Como foi nomeado para o Tribunal
- Cargos no Tribunal (ano)
- Classistas e Sindicato representado
- Fotos individuais e Coletivas
- Homenagens
- Religião
- Atividades associativas



Memorial da Justiça do Trabalho – Acervo Carlos Alberto Barata Silva

Nas pesquisas sobre o mundo do trabalho, o dicionário biográfico é um gênero que vem se ampliando. Segundo Gomes e Schmidt, o gênero biográfico saiu dos bastidores para ganhar espaço privilegiado no palco do conhecimento histórico, possibilitando a ampliação da articulação dos estudos entre o individual e o coletivo, entre o público e o privado (GOMES; SCHMIDT, 2009). Em relação a setores mais institucionalizados, como é o caso da Justiça do Trabalho e da magistratura do trabalho existe uma lacuna na utilização dessa ferramenta, o que também serviu de incentivo para pensar o presente estudo.

### **Dificuldades enfrentadas até o momento**

Foram muitas as dificuldades enfrentadas até o momento, algumas de cunho metodológicas e outras relacionadas com o andamento da própria pesquisa do dicionário. A primeira delas foi o formato da documentação que obviamente não foi produzida pensando na intervenção do historiador e sim para a atividade corrente; muitas vezes informações controversas, conteúdo geral e enfadonho, são assentos funcionais corriqueiros do magistrado, mas que precisam ser observados, pois podem conter dados relevantes no meio da

massa documental. Além disso, a ausência de uma cultura de acesso a informação muitas vezes acaba por trazer pequenos entraves tanto em relação ao cuidado com os documentos como pela própria característica da organização do acervo, que precisam ser contornados com certa destreza em manusear as informações do arquivo.

Um dos principais problemas enfrentados pela pesquisa foi exatamente a dificuldade no acesso aos documentos, pois mesmo existindo o Memorial e setores específicos dos assuntos da magistratura, não há no TRT4 um único local que agregasse informações relativas aos magistrados, problema ampliado em relação aos juízes classistas. O que foi contornado com a busca das informações nos mais diversos setores do Tribunal e uma pesquisa que ainda está sendo realizada no setor de assuntos da magistratura, que requer a consulta in loco das pastas funcionais de cada um dos magistrados, o que demanda tempo por parte dos pesquisadores, mas que está trazendo informações muito valiosas para a elaboração do dicionário.

Outra dificuldade na pesquisa foi a localização das informações sobre os magistrados, ainda mais acentuada em relação aos juízes classistas. O cargo de classista foi criado juntamente com a Justiça do Trabalho em 1941 e foi extinto pela Emenda Constitucional nº 24, aprovada em nove de dezembro de 1999. Ocorre que a memória da instituição acaba por obscurecer a presença destes indivíduos, junto com o fato de as iniciativas dos memoriais serem uma política muito recente nos TRTs, além de não pertencerem ao quadro efetivo da instituição, e por isso não juntavam documentos quando assumiam tal cargo.

Após diversas visitas a AJUCLA e sucessivas conversas com juízes classistas e com a secretária da referida instituição, evidenciou-se que a principal fonte para a elaboração dos verbetes relacionados aos juízes classistas será os livros de ata de posse, onde as informações variam muito de juiz para juiz não havendo uma uniformização dos dados, mas no presente caso são uma das únicas fontes seriais disponíveis na íntegra para consultar tais informações.

No momento em que se constatou a falta de informações sobre os magistrados classistas no Memorial/RS e nos demais setores do TRT4, verificou-se a necessidade de ampliar-se a busca por mais fontes. Ao que parece há certo esquecimento em relação ao juiz classista, que pode ser justificada pela sua extinção em 1999 ou pela própria dinâmica do processo de elaboração da Memória (HALBWACHS, 1990). Particularmente, no decorrer da pesquisa percebeu-se ainda a inexistência de algumas pastas funcionais dos

juizes classistas no setor responsável por tais documentos, o que além de constituir-se em uma lacuna para a presente investigação acaba por representar um problema para o próprio arquivo institucional.

Cabe ainda ressaltar que durante as visitas na Associação dos Juizes Classistas do RS, aliás local onde os pesquisadores foram muito bem recebidos, além de diversas discussões com classistas aposentados, foi possível contar com o auxílio da secretária da instituição que possuía um amplo conhecimento sobre a entidade, além disso, organizamos um formulário a ser preenchido pelos juizes, visando a futura elaboração dos verbetes.



Memorial da Justiça do Trabalho – Acervo Carlos Alberto Barata Silva

### **As atividades realizadas até o momento**

Após sucessivos atrasos na coleta dos dados necessários a elaboração dos verbetes e das dificuldades enfrentadas, foram pesquisadas e organizadas as informações das seguintes fontes que foram digitadas em uma base de dados criada especialmente para a elaboração do dicionário:

- Livro de atas de posse dos juizes togados e classistas;



- Pesquisa nas principais bibliotecas do Rio Grande do Sul em busca de publicações dos juízes;
- Busca na internet visando a descobertas de novas informações;
- Contato com AJUCLA e AMATRA 4;
- Contato com as Varas do Rio Grande do Sul e do TRT de SC...na busca de documentos funcionais;



Memorial da Justiça do Trabalho – Acervo Carlos Alberto Barata Silva

No livro de atas de posse dos juízes togados e classistas foi possível recuperar principalmente um histórico dos juízes que atuaram nas unidades judiciais de primeira instância. Muitos dos nomes encontrados na documentação eram de pessoas desconhecidas atualmente pela instituição, principalmente no caso dos classistas suplentes que trabalhavam poucos dias

na substituição dos titulares. Mesmo com os limites da fonte, foi possível resgatar o nome, a data da posse e em alguns casos data de nascimento e o sindicato pertenciam no caso dos classistas. Após a digitação dessas informações buscou-se, por meio de contato telefônico, consultar cada uma das unidades judiciárias em busca de novas informações sobre materiais envolvendo os juizes que atuaram nas referidas unidades, o que infelizmente, mostrou-se infrutífero.

No projeto original prevíamos a contratação de um bolsista de iniciação científica que auxiliaria na digitação dos dados, o que não foi possível devido a limitações no orçamento do projeto. Esse fato atrasou o cronograma. O TRT4 apenas disponibilizou um bolsista no segundo semestre de 2012: contratando o acadêmico de história Cydne Rosa Lopes Losekann, substituído após o fim do contrato pelo bolsista Franco Pedot Bauer no primeiro semestre de 2013, que passou a ser responsável pela revisão dos dados coletados, pesquisa do nome dos juizes na internet, além de contribuir na formatação dos verbetes e nas informações a serem colocadas. Além disso, foi possível acessar as pastas pessoais dos juizes togados que estão sob guarda do setor de “assuntos da magistratura”.

Por fim, começam a serem elaborados os parâmetros da escrita dos verbetes a fim de padronizá-los da melhor forma possível, além de serem agrupados os nomes em ordem alfabética. O que possibilitou a descoberta certas inconsistências nos registros das fichas funcionais e das atas de posse, que especificamente em relação aos juizes classistas traziam informações divergentes, especialmente em relação ao sindicato ou a classe aos quais era atribuída a representação. Situação que pode ser contornada com a consulta aos processos judiciais e as atas das sessões de julgamento das JcJ, onde verificamos a existência de novos nomes.

Por todas as dificuldades narradas anteriormente, o projeto sofreu atrasos em sua execução, mas os problemas estão sendo vencidos e os primeiros resultados práticos do dicionário da magistratura do trabalho no Rio Grande do Sul começam a aparecer: facilidade na consulta a informações biográficas de juizes com passagem rápida pela Justiça do Trabalho, possibilidade de reconhecer a participação de grupos sociais na prestação jurisdicional, organização de informações até então dispersa em diversos setores, e, além disso, particularmente a descoberta de documentos relativos a aposentaria dos magistrados:

- Certidões de trabalhos anteriores;
- Informações em relação ao exercício atuação como advogado;

- Registro de atividades no funcionalismo público;
- Certificados de reservistas ou serviço militar.

A descoberta desses documentos, apesar de muitas vezes não trazerem informações que diretamente poderiam ser utilizadas no dicionário, permitiram a futuras pesquisas nas mais diversas áreas possíveis.

### As próximas fases

O desenvolvimento da pesquisa documental envolvendo o projeto do dicionário permitiu perceber que a futura publicação irá suprir uma importante lacuna da História da Justiça do Trabalho, em especial por colocar nos anais da história os indivíduos que colaboraram ativamente na construção da instituição e que na maioria das vezes estavam esquecidos nas “prateleiras” dos arquivos, como é o caso dos juízes classistas. Além de permitir a elaboração de um cronograma da instalação das antigas JCJ no âmbito do TRT4, que muitas vezes baseia-se apenas em registros oficiais das publicações oficiais, que muitas vezes trazem informações diferentes da realidade vivida.

Nos próximos meses a coleta de informações continuará a ser executada nas pastas funcionais dos magistrados, no setor de “assuntos da magistratura” do TRT4 e se intensificará a elaboração dos verbetes para o dicionário, para em seguida serem revisados. Após a revisão, como ultima fase antes da publicação serão selecionados materiais iconográficos com o intuito de constituir as imagens que irão ilustrar a publicação.

### Referências Bibliográficas

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (eds.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV-CPDOC/FINEP, 1984, 4 vols.

CORRÊA, Larissa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis, direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2007.

GOMES, Angela de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso. **Memórias e Narrativas Autobiográficas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos**: a vida de 31 militantes da classe operária, Porto Alegre: Tchêl, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Breve história do trabalho. In: FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **História do trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2005.

PRUNES, José Luiz Ferreira. **A Representação Classista na Justiça do Trabalho**. 2.ed. Curitiba: JURUÁ, 1995.

VIEIRA, Pedro Benjamin; TOURON, Ramon Castro. **Importância da Representação Paritária na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1993.

---

**Abstract:** The article aims to introduce the developing project of a historical and biographical dictionary of Labour Law, in the ambit of Regional Labour Court from 4<sup>th</sup> Region (TRT4). Before the phase of developing the dictionary, there was a biographical research about the Labour judges and the installation of Labour Law, between 1941 and 1976, which intended to reconstruct the life trajectory of the judges. The obtained information will compose *Dicionário da magistratura do trabalho da 4ª Região*, a Labour Law Dictionary focused on the 4<sup>th</sup> Region, and presented under the form of entries, containing biographical information about the judges. The dictionary will allow people to know, from the history point of view, who were the judges responsible for the construction of Labour Law at 4<sup>th</sup> Region, from the old Boards of Settlement and Trial (nowadays Labour Courts) in Rio Grande do Sul and Santa Catarina States and at Regional Court. Furthermore, in the future, this initiative may be extended to other regions of Brazil. The project is part of the official celebration of the 70th anniversary of Labour Law in Brazil and in Rio Grande do Sul State.

**Keywords:** Historical and biographical dictionary; Labour Law; History of Labour Law; Regional Labour Court from 4<sup>th</sup> Region

---